

# Relatório do Grupo PPE

Número 5 / Maio de 2011



## **Espectro de radiofrequências: a utilização eficiente das radiofrequências fortalece a competitividade europeia**

*Per Heister*

Apesar de algumas pessoas temerem que a estratégia Europa 2020 possa acabar como a Estratégia de Lisboa 2010 – muitas palavras, mas muito poucas medidas com vista à concretização das metas –, Gunnar Hökmark (SE), Vice-Presidente do Grupo PPE, interveio no sentido de medidas concretas.

O seu relatório sobre o primeiro programa da política do espectro radioelétrico da UE foi debatido e aprovado por larga maioria no Parlamento Europeu.

Hökmark transformou uma proposta relativamente insípida da Comissão no sentido de uma maior utilização da banda de 800 MHz para as comunicações de banda larga móvel numa política mais ousada que liberta um espectro muito mais alargado para utilização à escala europeia.

"Através da libertação de um maior número de frequências para a banda larga sem fios, conseguimos criar as melhores possibilidades para a banda larga rápida, novos serviços de banda larga e uma liderança europeia num domínio que é crucial à competitividade do amanhã", afirmou Gunnar Hökmark ao apresentar a sua proposta de legislação.

A sua ambição é abrir caminho a um ambiente que permita um desenvolvimento continuado de tecnologias modernas que possibilitarão à Europa resultados ainda melhores do que os dos EUA e da China com os seus mercados gigantescos.

Um programa de espectro radioelétrico ousado permitirá à Google, à Yahoo e à Apple de amanhã emergirem na Europa, possibilitando ao mesmo tempo ao sector europeu das telecomunicações a manutenção da sua liderança à escala global.

"Isto constitui um grande passo no sentido da concretização do Mercado Único e da criação de uma economia europeia dinâmica, com a capacidade mais rápida e de maior qualidade para banda larga móvel e novos serviços", concluiu Gunnar Hökmark.

A Comissão saudou o relatório, competindo agora aos Estados-Membros os passos seguintes de concretização do programa, através das deliberações do Conselho. A questão está agora em saber se a legislação poderá entrar em vigor antes do final do ano.

## **Quitação 2009: O Parlamento Europeu aprova a execução orçamental**

### ***Sarita Rauta***

O Parlamento Europeu votou nesta sessão os relatórios sobre a quitação pelo exercício de 2009. Os três maiores relatórios foram os das quitações do Parlamento, da Comissão e do Conselho.

Ville Itälä (FI), responsável pelo relatório sobre a quitação do Parlamento que foi aprovado com uma larga maioria, afirmou: "Na presente situação económica, o Parlamento Europeu deve dar um exemplo na redução de custos. Em vez de consumirmos mais, temos de encontrar novas formas de fazer as coisas. Assim, é crucial que nós próprios adoptemos uma posição crítica relativamente aos gastos do Parlamento no passado."

Contudo, houve algumas questões que foram objecto de debates intensos antes das votações – a deslocação entre os três locais de trabalho, o prémio LUX e o fundo voluntário de pensões dos deputados.

No que diz respeito aos três locais de trabalho, o resultado foi que os deputados aprovaram o ponto constante do relatório que apela "à necessidade de fazer uma avaliação crítica das potenciais poupanças, nomeadamente a nível da União. À luz desta situação, salienta que poderiam ser realizadas verdadeiras poupanças se o Parlamento tivesse um único local de trabalho com a mesma localização das outras instituições da União."

Também foi dada quitação à Comissão pela sua gestão orçamental por uma larga maioria de votos, tendo os Grupos ECR, GUE e EFD votado contra.

O relator Cresenzio Rivellini (IT) sugeriu que o Parlamento não deverá dar quitação ao Conselho por este não ter dado resposta às perguntas que o Parlamento lhe tinha colocado anteriormente. Em vez disso, o Conselho afirmou que não considera o Parlamento como autoridade de quitação e que, por esse motivo, não responderá às perguntas. A quitação foi adiada por uma muito larga maioria de deputados.

Foram concedidas todas as outras quitações às outras Instituições.

Foi adiada a concessão da quitação à Agência Europeia dos Medicamentos, assim como à CEPOL, a Academia de Polícia. Foram concedidas quitações a todas as outras agências.

## **Registo Comum em Matéria de Transparência para representantes de grupos de interesses ("lobbyists")**

O Parlamento aprovou nesta sessão um relatório em matéria de transparência que permitirá o registo e a monitorização de representantes de grupos de interesses ("lobbyists") que pretendam ter acesso permanente às instalações do Parlamento e da Comissão.

De futuro, os representantes dos grupos de interesses ("lobbyists") terão obrigatoriamente de se registar nos termos de um acordo celebrado entre ambas as Instituições. Haverá um código comum que incluirá sanções para aqueles que violarem as novas regras. Terão também obrigatoriamente de facultar todos os elementos que identifiquem a estrutura jurídica e os interesses financeiros da organização. Serão impostas sanções àqueles que violarem as novas regras.

No que diz respeito a outras entidades, como, por exemplo, Igrejas, partidos políticos ou regiões que não desenvolvam este tipo de interesse privado mas que, em vez disso, procurem colaborar com as políticas europeias em nome de valores gerais, apenas terão de se registar sob um regime jurídico diferente do dos outros interessados, e só se dispuserem de serviços independentes cujo único objectivo seja o do desenvolvimento de relações com as instituições europeias.

Carlo Casini (IT), Presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais e relator, afirmou esperar que o Conselho se junte em breve às outras duas Instituições na criação deste registo público e que o seu relatório seja apenas um primeiro passo no sentido de uma maior transparência, uma vez que há também outras possibilidades que o Parlamento Europeu está a tomar em consideração que podem ser transformadas em regras após uma reflexão mais amadurecida.

***Francesco Frapiccini***

## Vai ser mantida a circulação num espaço sem fronteiras

*Peter Adler*

Durante as reuniões do Grupo PPE em Palermo, em Itália, na semana que antecedeu a sessão plenária, um dos principais tópicos discutidos foi o dos desafios colocados pelo número significativo de imigrantes oriundos do Norte de África que vêm para a Europa como resultado da "Primavera árabe" e da falta de estabilidade que as sublevações ocorridas nessa zona têm provocado. O Grupo PPE teve uma série de discussões frutuosas com representantes dos Estados-Membros mais afectados, mas também com políticos e membros da sociedade civil em alguns dos países do Norte de África.

Manfred Weber (DE), Vice-Presidente do Grupo PPE responsável pelos assuntos jurídicos, declarou durante as reuniões de Palermo que há que respeitar o Acordo de Schengen.

"Não aceitaremos quaisquer tentativas de restrição da liberdade de circulação que constitui o símbolo crucial da Europa. Não pode haver nenhuma divisão nova na UE", afirmou Manfred Weber.

O Acordo de Schengen foi um dos tópicos mais discutidos na sessão plenária de Estrasburgo. No debate, Manfred Weber reiterou o seu forte apoio às regras de Schengen:

"Temos Estados-Membros que, proporcionalmente à sua população, aceitaram claramente mais imigrantes, como é o caso agora no Sul da Europa. Mesmo assim, ninguém imagina reanalisar o Acordo de Schengen por causa desta pressão. Assim, gostaria de afirmar claramente que deveríamos enfrentar juntos este desafio, pelo que considero que é uma verdadeira vergonha o facto de estarmos sequer a ter este debate".

Manfred Weber avisou a Dinamarca contra a introdução de controlos mais apertados nas fronteiras do país com a Alemanha e a Suécia, se tais controlos se revelarem incompatíveis com as regras de Schengen.

"O restabelecimento de controlos fronteiriços permanentes na Dinamarca seria inaceitável. Valores comuns, como o Mercado Único e a liberdade de circulação, não seriam promovidos em tal situação. É impossível construir a Europa sobre o egoísmo nacional. Em vez disso, precisamos de um sentido de comunhão de objectivos", afirmou Manfred Weber.

## **Testes de stress aos bancos: O Grupo PPE quer uma maior clareza nos futuros testes**

O Grupo PPE quer uma maior clareza nos testes de stress ao sector da banca na União Europeia e quer garantias, por parte da Comissão Europeia, de que não haverá uma repetição de 2010 quando os testes de stress não conseguiram repor a confiança no sector bancário da UE. O Grupo PPE discutiu esta questão com o Comissário Barnier no Parlamento Europeu.

Corien Wortmann-Kool (NL), Vice-Presidente do Grupo PPE responsável pelos assuntos económicos, disse: "Este ano temos de nos certificar que a nova ronda de testes em meados de Junho aumenta a confiança nos mercados financeiros. Os critérios devem ser mais severos e mais harmonizados, e a cobertura dos testes de stress deve ser idêntica nos diferentes Estados-Membros. É, pois, crucial que a recém-criada Autoridade Bancária Europeia tenha um protagonismo forte. Queremos uma avaliação abrangente e realista, que identifique todos os pontos fracos no sector bancário da UE. Por este motivo, os testes de stress devem incluir igualmente a exposição à dívida soberana."

Jean-Paul Gauzès (F), Coordenador do Grupo PPE na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, afirmou: "A consolidação do sector bancário europeu constitui um pré-requisito para um regresso ao crescimento e à criação de emprego. Além disso, a implementação de testes de stress credíveis constitui a melhor forma de limitar os efeitos negativos que as decisões das agências de notação têm em toda a economia."

***Eduard Slotweg***

## **Política Externa e de Segurança Comum: Avaliação pós-Lisboa - Olhando para o futuro**

O Parlamento votou nesta sessão o relatório anual sobre os principais aspectos e as opções fundamentais da política externa e de segurança comum, dando – após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa – uma visão geral do papel estratégico que a UE deve desempenhar além das suas fronteiras, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento da democracia e ao respeito dos direitos humanos, tomando igualmente em conta os acontecimentos que, nos últimos meses, provocaram alterações económicas e sociais em todo o mundo.

O Parlamento reafirmou uma vez mais a sua disponibilidade para ser um dos parceiros principais na Política Externa e de Segurança Comum, reafirmando as suas prerrogativas enquanto titular da função de gestão e controlo orçamental das missões civis e militares europeias e posicionando-se como parceiro líder da Alta Representante, Catherine Ashton.

Foi levada a efeito uma avaliação do projecto político/estratégico, com especial referência à relação entre o Parlamento e as outras instituições europeias.

Gabriele Albertini (I), Presidente da Comissão dos Assuntos Externos e relator, sublinha a abordagem do multilateralismo e a necessidade de a UE estar sempre devidamente representada nos diferentes contextos estratégicos, tirando partido em especial do novo SEAE, o corpo diplomático europeu que finalmente se tornou realidade.

Uma aliança transatlântica forte, o relacionamento importante com a Rússia, alargamento, o apoio aos direitos cívicos e ao estabelecimento do Estado de direito, as relações diplomáticas com os países BRIC, o conflito israelo-árabe e a condenação dos regimes violentos são apenas alguns dos temas constantes do relatório. O texto procura fazer um retrato o mais abrangente e actualizado possível sobre a situação, proporcionando uma leitura prospectiva sobre todas as questões que estão no cerne da política externa europeia.

## **Juventude: o investimento nos jovens é crucial para a Europa.**

### ***Klemen Žumer***

O Parlamento Europeu aprovou esta semana em Estrasburgo o relatório "Juventude em Movimento", de Milan Zver (SL) por larga maioria.

No seu relatório, Zver manifesta o desejo de que os jovens tenham acesso a informação sobre as suas hipóteses de encontrar emprego depois de concluírem os estudos, inclusivamente antes de iniciarem um determinado programa universitário.

Zver sublinha que os jovens que fizeram intercâmbios de trabalho ou de estudo têm mais facilidade em encontrar um primeiro emprego. A pesquisa efectuada mostra que a mobilidade contribui para um sentimento de cidadania europeia e para uma maior participação nos processos democráticos.

A crise económica veio criar uma tendência para a redução dos financiamentos para jovens, educação e mobilidade, quer a nível dos Estados-Membros, quer a nível do orçamento europeu, mas esta situação conduz a um círculo vicioso. "Os financiamentos destinados aos jovens, à mobilidade e à educação não são uma despesa, mas tão só um investimento para o futuro dos jovens europeus e da Europa em geral", afirmou Zver no debate que antecedeu a votação.

O êxito da "Juventude em Movimento" depende em larga medida dos Estados-Membros da União Europeia, e é por este motivo que o relator apela a estes para que afectem pelo menos 2% do PIB ao ensino superior.

Há, pois, que ajudar os jovens a encontrar o primeiro emprego, mas não podemos esquecer-nos de que um dos objectivos importantes do ensino universitário é, também, o da promoção da criatividade dos jovens, do seu desenvolvimento intelectual e social, bem como do fortalecimento da sua autoconfiança.